

Reproducido em www.relats.org

A GRAVE DE 1917 DO BRASIL

Vitor Nuzzi

Notas publicadas em RBA, 2017

1. Greve geral no Brasil: dos anarquistas ao 'derruba o general'

Por liberdade e aumento salarial, várias categorias se mobilizaram há um século. Morte de trabalhador intensificou o movimento de julho de 1917, primeiros tempos de organização operária no Brasil

17/04/2017

No próximo 28 de abril, centrais sindicais vão se unir em um movimento contra reformas propostas pelo governo Temer nas áreas previdenciária e trabalhista, além da recém-aprovada lei que amplia a terceirização. Para alguns, trata-se de um dia nacional de paralisação. Para outros, de uma greve geral, expressão mais popular e que no Brasil está completando 100 anos neste 2017. O primeiro movimento de que se tem registro ocorreu em São Paulo, em meados de 1917, em um período de forte influência anarquista, mas também com participação dos socialistas. Era o início da organização operária no país. Época também marcante do início da mobilização social que daria suporte ao fim da chamada República Velha, no começo dos anos 1930, que ainda veria surgir, em 1937, o Estado Novo de Getúlio Vargas. Em 1943, viria a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), hoje objeto de "reformas" por parte do governo Temer, outro dos motivos para a paralisação do dia 28.

Depois da histórica greve de 1917, que durou três dias e paralisou a capital paulista, alguns movimentos foram registrados, por exemplo, nos anos 1950 – quando se consolidava um período de industrialização e de organização sindical no Brasil. Também durante e após a ditadura, na década de 1980, quando se cunhou o bordão "a greve geral derruba o general", referência ao período autoritário.

1917: São Paulo parada

A cavalaria avançou contra os operários durante protesto diante da Tecelagem Mariângela, empresa do grupo Matarazzo inaugurada em 1904 na Rua Monsenhor Andrade, no bairro operário do Brás, centro paulistano, e tombada em 1992. No ataque, morreu com um tiro no peito o jovem José Martinez, 21 anos, espanhol, sapateiro e anarquista.

Era 9 de julho de 1917, ele havia chegado ao Brasil com sua família em janeiro. O cortejo fúnebre, dois dias depois, tomou a região central rumo ao Cemitério do Araçá, e depois para a Praça da Sé, em uma "das mais impressionantes demonstrações populares até então verificadas em São Paulo", segundo relato de Edgard Leuenroth, tipógrafo, jornalista, condenado naquele ano como um dos articuladores da greve geral, a primeira de que se tem registro no Brasil. O movimento teria atingido 50 mil pessoas, quando a cidade tinha 500 mil habitantes.

Leuenroth (1881-1968) ajudou a formar um grande [arquivo sobre a memória operária](#), hoje sob responsabilidade da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Naquele ano de 1917, criou o jornal *A Plebe*, sob orientação anarquista, que exercia forte influência entre os trabalhadores.





O cortejo de Martinez saiu da Rua Caetano Pinto, no Brás – onde hoje fica a sede nacional da CUT. A família do operário morava no número 91 daquela rua, um reduto da colônia italiana, cujo nome, dado um ano antes, faz homenagem a um tenente-coronel. A multidão se concentrou desde as 7h, "sob intenso frio e chuva fina", conta o jornal *Fanfulla*: "Homens, mulheres e crianças

acotovelavam-se e agitavam bandeiras vermelhas à espera do funeral". Martinez era funcionário de fábrica de calçados Bebê, cujos empregados se organizaram para ajudar a família. O corpo saiu às 8h30, e a cidade parou: Avenida Rangel Pestana, Ladeira do Carmo, Rua XV de Novembro, Rua São Bento, Viaduto do Chá, Rua Barão de Itapetininga, Praça da República, Avenida Ipiranga, Rua da Consolação. O povo foi estimado em 10 mil pessoas.

Já no cemitério, com discursos em português, italiano e espanhol, falaram, entre outros, Leuenroth, de *A Plebe*, e Thedoró Monicelli, do jornal socialista *Avanti*, relata a pesquisadora Christina Lopreato, em sua tese de doutorado em História, apresentada em 1996. Entre outras reivindicações, eles pediam soltura de grevistas, liberdade de organização e aumento salarial. Monicelli afirmou, segundo texto do *Fanfulla* citado pela pesquisadora, que era preciso "induzir o governo e o poder municipal a pôr fim no aumento dos gêneros alimentícios, pois de nada adiantava conseguir um aumento de 20% se os preços continuavam a subir".

A Mariângela tinha 1.800 ou até 2.500 funcionários, conforme a fonte de informação, na maioria mulheres, que predominavam no setor têxtil. Também havia muitos menores de idade trabalhando em fábricas, onde não havia quaisquer "condições de trabalho". Reajuste salarial era algo fora de cogitação.

Mas o operariado começava a se organizar. Até hoje, há um debate sobre as origens da greve de 1917: espontânea ou organizada? Alguns pesquisadores apontam a primeira opção, mas autores como Christina Lopreato e Luigi Biondi destacam que já havia uma organização em curso no Brasil. O mundo sofria novas influências. "De forma geral, o ano de 1917 foi caracterizado mundialmente por toda uma série de protestos, motins e greves sem precedentes, cujo evento maior foi – como todos sabemos – a revolução russa, momento ligado exatamente a processos de organização sindical e política, no qual misturavam-se fenômenos de autoconstituição e de intervenção política e organizativa externa nas organizações operárias, mas que surgiam de um estado de revolta aberta que ia além da luta contratual entre empresários e trabalhadores usualmente praticada", escreveu o professor Biondi em 2009. Em reunião no mesmo dia 11, após o enterro de Martinez, o Comitê de Defesa Proletária e dezenas de organizações se reúnem e aprovam uma pauta com 15 itens. Eles querem libertação de presos durante a greve, garantia de não punição a quem participar do movimento, reajuste salarial, jornada de oito horas diárias, fim de

exploração de mão de obra de menores e de mulheres no período noturno. Também foram incluídas reivindicações como redução no preço dos aluguéis e garantia de que inquilinos não fossem despejados.

No dia seguinte, 12 de julho, param padeiros, leiteiros, trabalhadores dos serviços de gás e luz. "A cidade amanheceu sem pão, sem leite, sem gás, sem luz e sem transporte. A atividade industrial foi paralisada. O comércio fechou as portas. Teatros, cinemas e casas de diversão adiaram as programações. O tráfego de bondes foi interrompido. (...) Os paulistanos jamais tinham presenciado um movimento de tal envergadura", narra Christina Lopreato. Foram registrados vários confrontos pela cidade. A greve estava deflagrada. Outras pessoas morreriam em conflitos naqueles dias.

Alguns empresários cedem e concordam em dar 20% de aumento, entre eles um dos mais resistentes, o comendador Rodolfo Crespi, batizado de "Barão da Greve". No dia 8, uma comissão de trabalhadores do Cotonifício Crespi havia reivindicado 20% de aumento, negado pela empresa, que tinha mais de 900 italianos entre seus 1.300 funcionários. O local abriga hoje um hipermercado, perto do estádio do Juventus, conhecido como Rua Javari, mas o nome oficial homenageia o comendador.

Uma comissão de jornalistas foi formada para intermediar um acordo. As negociações começaram no dia 14, um sábado, e prosseguiram pelo fim de semana, incluindo o presidente (equivalente a governador) de São Paulo, Altino Arantes. Surgiu uma proposta que incluiu libertação de presos, direito à associação, esforços para evitar altas de preços e falsificação de produtos alimentícios e medidas para evitar trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos. Três comícios foram realizados na segunda-feira, 16 de julho, no Largo da Concórdia, na Lapa e no Ipiranga, aprovando o acordo.

Foi "a primeira grande batalha do trabalho", disse o Comitê de Defesa Proletária em manifesto. Se não conseguiram todas as reivindicações (*desideratuns*, no termo em latim), "ficará como exemplo para todos aqueles que contra o direito à vida das classes trabalhadores até hoje têm oposto a sua brutal resistência e violência".

2. Um século depois, país pode ter recuo histórico de 100 anos

Movimentos relembram aquela que é considerada a primeira greve geral no Brasil e apontam semelhanças com o momento atual, com risco de perda de direitos trabalhistas

10/07/2017

CUT



Placa homenageia José Iñiguez Martinez, militante anarquista de 21 anos assassinado durante a greve de 1917

São Paulo – Ao som de *A Internacional*, clássico das esquerdas cantado com entusiasmo por aproximadamente 100 pessoas, terminou um evento que celebrava o centenário [da primeira greve geral no país](#). Mas o ato desta segunda-feira (10) no Cemitério do Araçá, região oeste de São Paulo, teve caráter de atualidade, pela proximidade da votação de um projeto que pode atingir direitos que ainda não existiam em 1917 e foram conquistados nas décadas seguintes. A ligação entre os períodos históricos foi feita por todos os manifestantes, na véspera de votação do [projeto de "reforma" trabalhista \(PLC 38\)](#) no Senado.

É no Araçá que está enterrado, na quadra 132, o espanhol José Iñiguez Martinez, sapateiro e militante anarquista de 21 anos assassinado durante a greve de 1917. Uma placa foi descerrada em homenagem a ele, com assinaturas da CUT, do PT e da Fundação Perseu Abramo. Texto lido pelo secretário nacional de Cultura da

central, José Celestino Lourenço, o Tino, faz referência às "jornadas de trabalho desumanas", ao trabalho infantil e às condições degradantes dos trabalhadores daquela época. "A greve de 1917 foi fundamental não só para o fim da República Velha, mas para as leis de proteção social" que surgiriam a partir dos anos 1930 e culminariam com a CLT, em 1943.

"Estamos fazendo um resgate histórico de um momento de bravura", afirmou o presidente da CUT São Paulo, Douglas Izzo. "Infelizmente, a luta dos trabalhadores continua sendo tratada pelas autoridades policiais e pelo Estado como uma transgressão. Temos muito ainda o que lutar. O que estão apontando para o Brasil é acabar com todo o avanço civilizatório que conseguimos com a luta de José Martinez e outros companheiros", acrescentou Douglas, segurando uma edição fac-símile do jornal *A Plebe*, lançado em 1917 por inspiração de Edgard Leuenroth, militante anarquista que dá nome a um arquivo mantido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

*Não precisamos só do remendo,
precisamos do casaco inteiro.
Não precisamos de pedaços de pão,
precisamos de pão verdadeiro.
Não precisamos só do emprego,
de toda a fábrica precisamos.*

Integrantes do grupo teatro Ouro Velho recita poesias. A primeira é a *Canção do Remendo e do Casaco*, do alemão Bertolt Brecht. Um representante do Centro de Cultura Social – criado em 1993 e dedicado ao estudo e preservação do pensamento anarquista –, lembra que 10 mil pessoas estavam naquele mesmo Araçá em 10 de julho de 1917, no enterro de Martinez. A greve deixou outras vítimas, como o pedreiro Nicolau Salerno, e a jovem Edoarda Binda, de 12 anos. Mas o número de mortos é presumivelmente maior.

O pesquisador e ativista José Luiz Del Roio, autor de um livro sobre a greve de 1917, faz referência aos desaparecidos daquele período e da ditadura instalada a partir de 1964. "Onde foram parar os nossos companheiros?", questiona, destacando a importância do

ato de hoje. "Isto aqui não é o final, mas o início ou a continuação de uma história."

Del Roio também cita o histórico das ossadas de Perus, encontradas em 1990 em uma vala clandestina no Cemitério Dom Bosco e que permaneceram durante certo período no Araçá. Agora, estão sob análise do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense, da Universidade Federal de São Paulo. Sua companheira Isis, desaparecida em 1972, pode estar entre as vítimas.

Ao lado de Del Roio, o líder ferroviário Raphael Martinelli, que completará 93 anos em outubro, fala de suas origens operárias – o pai tinha 24 anos em 1917. O jornalista Sérgio Gomes comunica [a morte da professora Ecléa Bosi](#), que ganha uma rápida homenagem.

Diretor da Fundação Perseu Abramo, ex-presidente da CUT e ex-secretário municipal do Trabalho em São Paulo, Artur Henrique vê a greve de 1917 como "uma mobilização contra a exploração do capital" e acrescenta que, passado um século, os trabalhadores organizam uma greve geral contra o "desmonte" da legislação trabalhista. Ressalta a importância da preservação da memória.

Neste ano, foi aprovado projeto do vereador paulistano Antonio Donato (PT) que deu origem à Lei 16.634, de abril. A lei [inclui no calendário oficial da cidade o 9 de julho como Dia da Luta Operária](#).

O presidente da CUT, Vagner Freitas, observa que a esquerda foi mudando sua organização conforme a época – mas com os mesmos objetivos. "Desde o golpe (*referência ao impeachment de Dilma Rousseff*), as centrais e as frentes que formamos vêm combatendo de todas as formas. E a principal é a rua."

"Do que são feitos nossos direitos? Em 100 anos tombaram quantos? Quantas mulheres foram estupradas, quantos jovens foram calados, quantos trabalhadores foram mortos?", questiona a vice-presidenta da CUT, Carmen Foro, destacando a violência ainda presente no meio rural – 600 mortos em 30 anos, conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT), diz a sindicalista, paraense de

origem. "A consciência da classe trabalhadora precisa estar conectada com seu passado, com sua história."

3.A greve de 1917 conta histórias que continuam atuais

Livro escrito por jornalista narra detalhes da paralisação que tomou a cidade de São Paulo há 100 anos. E fala das ameaças de retrocesso que desafiam o movimento sindical.

Lançamento será nesta sexta

14/12/2017

REPRODUÇÃO



Mobilização: mulheres ganhavam pouco mais da metade do que recebiam os homens e crianças

São Paulo – "O caixão foi carregado pelas mãos dos amigos, antigos ou recém-chegados, outra evidência de que ali se tratava de um enorme grupo de famélicos, pessoas em desespero. Naquele início de século, os cadáveres eram distinguidos pelo número de cavalos que puxavam os carros fúnebres; e, quanto mais enfeitados os cavalos, mais nobre o morto."

A descrição é do enterro do jovem sapateiro e militante anarquista José Martinez, 21 anos, uma das vítimas da greve que tomou conta de São Paulo de 9 a 16 de julho de 1917, uma referência histórica do movimento operário brasileiro, em tempos de direitos ameaçados e "reformas" da legislação. A estimativa é de que 10 mil pessoas acompanharam o féretro pelas ruas do centro paulistano

até o Cemitério do Araçá, saindo da Rua Caetano Pinto, no Brás, um dos bairros mais antigos da cidade e onde se localiza atualmente a sede da CUT.

Com lançamento marcado para esta sexta-feira (15), o livro *1917-2017. 100 Anos de Greve Geral – Passado ou Futuro?*, do jornalista paulistano Isaías Dalle, propõe discutir o momento histórico, descrevendo o início da organização trabalhista e fazendo a ligação com a atual conjuntura, que já motivou uma greve geral em 28 de abril. O lançamento, com debate, será a partir das 18h30, justamente na Rua Caetano Pinto. A iniciativa é da CUT e da Fundação Perseu Abramo (FPA).

"Ironia do destino ou a história repetida como farsa, justamente no ano do centenário da mobilização operária que reivindicava, entre outros direitos, o de sindicalização, jornada de oito horas semanais e proibição do trabalho infantil no período noturno, um governo golpista consegue aprovar uma legislação trabalhista que representa um retrocesso de, pelo menos, 100 anos", afirmam os organizadores. "Essa é uma das propostas do livro, fazer a transição entre aquele período heroico inaugural e o momento que vivemos atualmente."



R

BA

O operário morreu após ser atingido por um tiro dado pela Força Pública, a polícia da época. "Martinez tombara próximo ao local de trabalho dele, uma das inóspitas e insalubres masmorras onde se

produziam tecidos e roupas, fábricas que cobriam a paisagem dos bairros operários da cidade, como o Brás, cujas calçadas testemunharam seu corpo jazer até que outros grevistas recolhessem o jovem dali. (...) O enterro de Martinez mexeu de tal forma com a cidade que os dias que se seguiram fizeram a capital paulista parar de maneira como nunca mais se teve registro posterior. O comércio não abriu as portas, os bondes não circularam, as pessoas ficaram em suas casas."

Outras pessoas morreram naqueles dias. A menina Eduarda Blinda, de 12 anos, foi atingida por um disparo (hoje se diria "bala perdida") na porta de sua casa, na Barra Funda, outro bairro central e operário. E o grevista Nicola Salerno morreu "nas mãos da polícia" ao tentar deter um bonde na Rua Augusta.

O número real de mortes certamente foi maior. Isaías faz referência a uma história, "até hoje sem apuração ou reparação oficial", de que centenas de grevistas e manifestantes teriam sido enterrados à noite ou sem registro legal. Também teria havido uma razoável quantidade de policiais mortos. O livro traz várias imagens do movimento e da situação dos trabalhadores um século atrás, além de reproduções de periódicos da época.

Segundo afirma na apresentação o presidente da CUT, Vagner Freitas, a leitura "nos faz refletir sobre os fatos, o momento político e as lutas dos companheiros e companheiras, em sua maioria, europeus que imigraram para o Brasil e, há cem anos, iniciaram as maiores lutas do trabalho fabril contra o capital explorador em nosso país". E também "sobre os avanços que conquistamos nos anos seguintes, enfrentando repressão policial idêntica ou até maior porque mais preparada para ferir, para agredir, para matar".

Para os autores do prefácio, o diretor da FPA e ex-presidente da CUT Artur Henrique da Silva Santos e o secretário de Cultura da central, José Celestino Lourenço, "a greve geral de 1917 era o despertar de um movimento operário que daquele momento em diante declarava guerra sem tréguas ao luxo ostensivo e insensato dos parasitas, como denunciava uma das edições do jornal *A Plebe*, um dos mais influentes entre o operariado naquele contexto".

Segundo eles, o autor do livro, "sem a pretensão de esgotar os estudos e os debates sobre este importante acontecimento, nos

apresenta uma abordagem inovadora ao procurar demonstrar que as lutas travadas em 1917, duramente reprimidas e marcadas por traições por parte dos patrões, ao negarem o cumprimento dos acordos firmados, não encerraram as contradições de classe inerentes ao processo de consolidação do capitalismo, em particular no Brasil".

De acordo com o autor, o ponto de partida da greve foram as péssimas condições de vida dos operários, que, vindos da Europa, encontravam "uma nova espécie de escravidão" no Brasil, com jornadas que frequentemente superavam as 12 horas diárias, chegando a 18 em algumas situações, além de baixos salários. "Diante de impossibilidade de viver dignamente, a hipótese – defendida pelos patrões, de empregar meninas, meninos e mães de família no cotidiano das fábricas parecia a única saída permitida pelo mundo e pelos céus. Aquele quadro sombrio guarda semelhanças com situações que se podem encontrar no Brasil de 100 anos depois", diz Isaías, 51 anos, há 15 atuando na imprensa sindical. "Mães e mulheres grávidas trabalhavam em ambientes insalubres ao longo de horas. Crianças – muitas com oito a dez anos de idade – eram usadas nas fábricas." Segundo relatos da época, alguns chefes, chamados de "contramestres", chegavam a usar pistolas para intimidar os operários.

O autor anota que, de acordo com o professor ítalo-brasileiro Luigi Biondi, a maioria dos operários, naquela época, era de italianos ou descendentes. "Evidência disso estava na composição dos quadros do Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca, onde eclodiu o primeiro núcleo grevista daquele ano. De 1305 trabalhadores, 947 eram italianos", escreve.

Em 14 de julho, uma proposta de acordo inclui o compromisso de libertar todos os presos, reconhecer o direito de associação e reunião, combater a alta de preços e a adulteração de gêneros alimentícios e estudar meio de impedir o trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos. O Comitê de Defesa Proletária, uma espécie de "comando de greve", recomenda a aceitação, por temer mais mortes. Um grande comício é realizado no Largo da Concórdia, diante do Teatro Colombo, com estimadas 10 mil

pessoas. Outros dois ocorreram na cidade, nos bairros do Ipiranga e da Lapa, aprovando a proposta.

A segunda parte do livro começa com a narrativa de ato no Cemitério de Araçá, um século depois do enterro de Martinez, cujo túmulo foi localizado por Isaías durante suas pesquisas. Em 10 de julho, foi inaugurado um memorial em homenagem à memória dele e de todos os operários que participaram do movimento. Apenas um dia depois, o Senado aprovava o projeto que se tornaria a Lei 13.467, "que a mídia comercial eufemisticamente apelidou de 'reforma trabalhista'". Começava um novo capítulo da história do movimento sindical, da luta operária e da resistência.

"Eis que, cem anos depois, sem que a maioria da sociedade brasileira tivesse ainda atingido o direito de estar incluída na cobertura das leis trabalhistas surgidas na década de 1940, a nova legislação aprovada traz recuo, fragilizando a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras", constata o autor.